

Considerações finais: inclusão ou respeito à identidade?

Ao concluirmos esta pesquisa, temos muito mais perguntas que respostas. Seria de fato a inclusão o melhor caminho para a educação dos alunos com autismo? É preciso atentar para que a filosofia inclusivista não seja usada como mais um artifício do neoliberalismo e como uma tentativa de padronização dos seres humanos, ou ainda como uma tentativa de normalização dos comportamentos.

Ao longo do tempo, a concepção de autismo sofreu várias alterações, e é fato que cada concepção traz consigo uma filosofia de intervenção. A educação, sem dúvida, representa um importante serviço para os sujeitos com autismo, e é necessário verificar quais são as suas principais necessidades e as de seus familiares para melhor planejar os trabalhos pedagógicos, além de garantir a formação adequada de professores que atuarão com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Se estamos diante de um sujeito repleto de diversidades, seria um absurdo oferecer um “pacote educacional” para autistas e, mais ainda, procurar “normalizá-los”, seja por meio das oportunidades de inclusão ou de técnicas padronizadas de treinamento comportamental. Apesar de toda a exigência dos governos para a promoção da inclusão educacional e da inclusão pela “força da lei”, existem hiatos tão largos quanto profundos entre as políticas e as práticas que foram discutidos ao longo deste trabalho. Um dos princípios que deve reger a decisão de incluir uma criança com autismo é a disposição para promover todas as adaptações curriculares de pequeno e de grande porte. Isso inclui a adaptação dos objetivos educacionais, dos recursos, das estratégias didáticas, da temporalidade e da avaliação da aprendizagem. É preciso garantir o acesso e a permanência dos alunos para repudiar a “inclusão de estatística”, representada por gráficos com vultosos dados numéricos de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, mas sem uma avaliação qualitativa dos efeitos da inclusão sobre essas crianças.

Durante muito tempo, as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais não tiveram acesso à educação, e, quando a educação passa a fazer parte do cotidiano dessas crianças, ela ocorre com finalidades medicalizantes. A segregação social ainda é presente nas relações interpessoais, nas quais deixou suas marcas assim como nas práticas pedagógicas. O movimento de integração iniciado na década de 70 representa um avanço que garante o acesso do deficiente às escolas, mas não sua permanência. Sendo assim, a inclusão difundida na década de 90 representa avanços conceituais, mas as práticas precisam ser redefinidas para que a inclusão educacional signifique algo muito maior que a simples convivência social. É preciso pensar sobre como poderíamos educar os alunos com autismo de maneira que eles possam gozar do direito à cidadania e usufruir do desenvolvimento e das possibilidades de aprendizagem.

São imperativas as discussões sobre as culturas, políticas públicas e práticas pedagógicas para que a inclusão educacional ocorra, mas é preciso considerar, antes de qualquer iniciativa mais operacional, que há necessidade de discutir a deficiência como uma condição social, a partir de um ideal de homem historicamente construído. A inclusão envolve a participação democrática de todos, e isso abrange a participação efetiva do Estado, de professores, familiares, alunos, etc. A inclusão não pode ocorrer por meio de um manual ou pela força de documentos políticos. Ela envolve culturas, políticas e práticas pedagógicas, e, nesse caso, não só a diversidade do sujeito, mas também a diversidade local deverá ser considerada, já que os princípios culturais vão orientar essas decisões políticas e práticas pedagógicas. A construção de valores sobre a inclusão é um processo cultural. Quanto às práticas pedagógicas, para que se efetivem, é necessário que haja a garantia do funcionamento administrativo que permita o planejamento e a execução das propostas pedagógicas pela mobilização de recursos dentro da instituição e das comunidades escolares. Acima de tudo, as aulas precisam ser acessíveis a todos os alunos com deficiência.

Muitos são os documentos que discutem a inclusão e norteiam o desempenho das escolas, mas o Estado necessita evoluir no sentido de oferecer condições para que a inclusão possa se tornar algo mais que uma realidade almejada. A extinção da Educação Especial e a inclusão a qualquer preço podem significar um equívoco e resultados desastrosos em série para o respeito à identidade dos sujeitos, e, por isso, é necessário pensar na oferta da Educação

Especial como forma de apoio às escolas inclusivas, e não como um movimento antagônico e ultrapassado. Apesar dos discursos inclusivos, a segregação ainda é uma realidade para a maior parte dos sujeitos com autismo. As experiências de discriminação são vividas pelos autistas e seus familiares, na escola, na própria família e na sociedade em geral. A intolerância se apresenta desde a negação de oportunidades e de direitos até a repulsa à convivência.

O preconceito e a intolerância à diferença são fenômenos de longa duração que existem desde a Antiguidade e se prolongam até os nossos dias. A segmentação dos estudos acerca da deficiência dificulta um diálogo na sociedade, haja vista que a história, a psicologia, a medicina, a educação e a religião possuem conceitos dicotômicos que são utilizados para classificar, categorizar e excluir as pessoas.

A literatura sobre inclusão também apresenta uma grande diversidade de conceitos. Para alguns autores, por exemplo, inclusão e integração teriam o mesmo sentido (Nunes, 1999; Silva, 2004), mas, nos documentos oficiais, encontramos a inclusão como uma evolução da integração, visto que, na integração, o aluno é quem deveria se adaptar ao sistema escolar e caberia aos sistemas educacionais oferecer o acesso. Em contrapartida, a inclusão envolveria uma gama de alterações no ambiente e nas práticas pedagógicas para favorecer o desenvolvimento do educando. (MEC, 2001)

Um dos problemas da formação de professores é a dicotomia entre os discursos formadores e a pesquisa. É possível observar que muitas práticas pedagógicas caminham na contramão dos resultados das pesquisas e os fracassos são praticamente eternizados.

Por fim, para que os autistas fossem de fato incluídos, seria necessária a reformulação de políticas públicas que garantissem a oferta de práticas pedagógicas, incluindo a formação adequada e continuada dos professores e a efetiva participação das famílias no processo educacional de seus filhos. É necessário ainda que se faça uma aliança com a saúde para que os sujeitos com autismo possam gozar dos atendimentos médicos de que necessitam e que possam chegar ao sistema educacional o quanto antes, para receber a intervenção precoce, favorecedora do desenvolvimento global das crianças com necessidades educacionais especiais.

Inerentes à condição humana, as diferenças sempre existirão entre as crianças, ainda que venha a haver cura para o autismo. Por isso, é necessário que a educação organize oportunidades de reflexões sobre o convívio com a diversidade. Acreditamos que, quando houver uma evolução na percepção sobre o direito à diferença, as discussões sobre inclusão também evoluirão para debates sobre a identidade, e não sobre igualdade sob a força da lei.

Concluindo, para que crianças com autismo possam ser realmente incluídas, é necessário que ocorram profundas modificações no sistema educacional brasileiro, tanto no âmbito legal quanto no pedagógico.